



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

**EDITAL DO PROAD Nº 11785/2023-1
PREGÃO ELETRÔNICO**

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de seguro para os veículos que compõem a frota do TRT da 15ª Região, exclusivamente para cobertura de danos materiais e corporais a terceiros, acidentes pessoais de passageiros e assistência 24 horas, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato - Anexo III, partes integrantes deste edital.

NOTA 1: As especificações consignadas no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br> são apenas referenciais. Devem ser consideradas única e exclusivamente as descrições e as especificações técnicas constantes do edital.

NOTA 2: A presente licitação é regida pela Lei nº 8.666/93 e demais normativos consignados no preâmbulo deste edital, nos termos do artigo 191, da Lei nº 14.133/2021.

Registro de Preços: Não

Exclusiva ME/EPP: Não

Margem de Preferência: Não

Valor Total Mensal Estimado: R\$ 102.321,80

Data e local da disputa: 2/8/2023, às 14h00, no Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Licitação nº: 47/2023

UASG do TRT15: 080011

Vistoria Prévia: Facultativa (ver Anexo I ao edital)

Amostra/Material Técnico ilustrativo: Não se aplica

Laudos/Certificados: Ver Anexo I ao edital

Documentos de Habilitação

Vide Item 9 do Edital

Prazos

Envio de proposta e documentação por meio eletrônico

2 horas após solicitação do pregoeiro pelo sistema

Pedido de esclarecimentos

Até 3 dias úteis anteriores ao pregão

Impugnação

Até 3 dias úteis anteriores ao pregão

Endereço eletrônico para todas as tratativas referentes ao presente certame

licita@trt15.jus.br

Telefones: (19) 3231-9500 ramais 2580/2523



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

PREGÃO ELETRÔNICO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PROAD Nº 11785/2023-1

Torna-se público que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, por meio da Coordenadoria de Licitações, sediada na Rua Dr. Quirino, 1080, Centro de Campinas/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e nº 10, de 10 de fevereiro de 2020, e da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

DAS DATAS E DO ENDEREÇO ELETRÔNICO

a. Início da disputa de preços:	2/8/2023, às 14h00
b. Local da Disputa:	Portal de Compras do Governo Federal - https://www.gov.br/compras/pt-br
c. Critério de Julgamento:	Menor preço por item
d. – Regime de Execução:	Empreitada por Preço Global

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa para prestação de serviços de seguro para os veículos que compõem a frota do TRT da 15ª Região, exclusivamente para cobertura de danos materiais e corporais a terceiros, acidentes pessoais de passageiros e assistência 24 horas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato - Anexo III, partes integrantes deste edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Total: R\$ 102.321,80

339039 - Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica
69 - Seguros em geral
Conta VPD: **332311300**

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão do objeto contratual, e desde que a execução ocorra obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

4.4. Nos termos do inciso VI, do art. 2º da Resolução CNJ nº 7/2005, incluído pela Resolução CNJ nº 229/2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica em que qualquer um dos integrantes do seu quadro societário seja familiar de:

a) magistrado ocupante de cargo de direção ou no exercício de função administrativa; ou
b) servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento vinculado direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

4.4.1. Nos termos do art. 3º da Resolução CNJ nº 7/2005, com a redação dada pela Resolução CNJ nº 9/2005, é vedada, ainda, a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou magistrados vinculados a este Tribunal contratante.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

4.5. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive.

4.6. A vedação referida neste item se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização (art. 2º, §3º, da Resolução CNJ nº 7/2005, incluído pela Resolução CNJ nº 229/2016).

4.7. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.7.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.7.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.7.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.7.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta atualizada apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.7.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.7.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.7.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.7.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.7.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Proposta Atualizada, conforme Anexo II ao Edital.

6.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 1,00 (um Real).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



7.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens



anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.25.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.25.1.1. prestados por empresas brasileiras;

7.25.1.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.25.1.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.27.2.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita por meio do e-mail licita@trt15.jus.br, pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada por meio da proposta final a ser preenchida pelo licitante, conforme Anexo II deste Edital.

8.3. A Proposta atualizada deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.3.1. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.4.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3. não apresente as especificações técnicas, quando exigidas pelo Termo de Referência e/ou anexos;

8.4.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.5. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.5.2. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da proposta enviada, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e a exequibilidade da proposta.

8.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.6.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata

8.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita por meio do e-mail licita@trt15.jus.br, pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.7.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço ofertado.

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União
(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (CNEP) (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>);

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça
(www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);



e) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c”, “d” e “e” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

9.8.7. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal/estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais / estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal / Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Apresentação de um ou mais atestados de comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantitativos e prazos com o objeto desta licitação, com a discriminação dos serviços prestados e respectivas quantidades, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove quantitativo mínimo de 48 (quarenta e oito) veículos segurados.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

9.11.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.11.2.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.2.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

9.11.2.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.2.4. Caso solicitado pelo pregoeiro, o licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.12. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

9.12.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

9.12.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.12.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários ao fornecimento da solução;

9.12.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

9.12.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.12.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

9.12.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.13. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.14.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, conforme modelo Anexo II.

10.1.2. estar devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo do Anexo II a este instrumento convocatório.

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento (ver Anexo II).

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.7. Considera-se, para efeito de **hora / dia útil**, o horário / período compreendido entre **08 e 18 horas, de segunda a sexta-feira, com exceção de feriados e recessos forenses**.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de até 60 (sessenta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 .Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. A assinatura do contrato ou instrumento equivalente, da Ata de Registro de Preços, bem como de quaisquer outros termos e documentos no âmbito da contratação, dar-se-á, a critério deste TRT, por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), acessível por meio do Portal PROAD.

15.2.2. O Adjudicatário deverá fornecer a documentação solicitada pelo TRT para a realização do cadastro prévio necessário ao seu acesso e de seu representante legal, como usuários externos, ao Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD).

15.2.3. A assinatura de documentos pelo adjudicatário será admitida nas modalidades de assinatura digital, baseada em certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil e assinatura eletrônica, baseada em senha fornecida pelo adjudicado e vinculada a certificado digital gerado pelo PROAD.

15.2.4. A assinatura realizada na forma dos subitens acima será considerada válida para todos os efeitos legais.

15.2.5. O prazo previsto no subitem 15.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.2.6. O e-mail de envio do termo de contrato será considerado, para todos os efeitos legais, como a notificação para assinatura do contrato.

15.2.7. Na ausência de imediata confirmação de recebimento pela empresa, a referida mensagem eletrônica de encaminhamento do contrato, desde que corretamente encaminhada para o endereço indicado pela empresa em sua proposta, será considerada recebida para todos os efeitos, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar de sua emissão.



15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência / Minuta de Contrato.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

15.8. Antes da efetivação da contratação, a empresa vencedora se compromete a atender as seguintes condições:

a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e



b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:

- Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988;
- Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro;
- No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo);
- Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105;
- No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT);
- Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;
- No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

16. DO REAJUSTE

16.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas na Minuta de Contrato – Anexo III a este Edital.

17. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos na Minuta de Contrato – Anexo III.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas na Minuta de Contrato – Anexo III.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas na Minuta de Contrato – Anexo III a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. apresentar documentação falsa;



20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. não mantiver a proposta;

20.1.7. cometer fraude fiscal;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.4.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

20.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Minuta de Contrato – Anexo III.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação deverá ser realizada mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: licita@trt15.jus.br.

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, pelo e-mail licita@trt15.jus.br.

21.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <http://portal.trt15.jus.br/pregoes-eletronicos> e também poderá ser lido e/ou obtido no e-mail licita@trt15.jus.br.

22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

22.12.1.1. ANEXO A ao Termo de Referência – Relação de Veículos da Frota Oficial;

22.12.2. ANEXO II – Proposta Atualizada;

22.12.3. ANEXO III – Minuta de Contrato;

23. DO FORO

Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar da presente contratação.

Campinas, 20 de julho de 2023.

Ana Sílvia Damasceno Cardoso Buson
Secretária da Administração



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

ANEXO I AO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Descrição Resumida do Objeto

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de seguro para os veículos que compõem a frota do TRT da 15ª Região, exclusivamente para cobertura de danos materiais e corporais a terceiros, acidentes pessoais de passageiros e assistência 24 horas, conforme as especificações e condições constantes neste Termo de Referência, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal, site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

NOTA: As especificações consignadas no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br> são apenas referenciais. Devem ser consideradas única e exclusivamente as descrições e as especificações técnicas constantes do edital.

1.2. Descrição Detalhada do Objeto

Contratação de empresa especializada para prestação de seguro aos veículos que compõem a frota oficial deste E. Tribunal, num total de 97 (noventa e sete) veículos, exclusivamente para cobertura de danos materiais e corporais a terceiros, acidentes pessoais de passageiros e assistência 24 horas. Vigência da Apólice: das 00h00 do dia 21/10/2023 às 24h00 do dia 21/10/2024, abrangendo:

- Responsabilidade Civil Facultativa (RCF):
- Valor para indenização de danos materiais a terceiros: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- Valor para indenização de danos corporais a terceiros: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);
- Acidentes Pessoais de Passageiros (APP):
- Valor para indenização por morte, por passageiro: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);
- Valor para indenização por invalidez permanente, por passageiro: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);
- Assistência 24h00: R\$20.000,00 (vinte mil reais);

Metodologia de trabalho: Para fins de liquidação de Sinistro, o TRT deverá encaminhar à SEGURADORA o aviso de sinistro (conforme praticado pela seguradora); cópia da carteira de habilitação do motorista que estava conduzindo o veículo; boletim de ocorrência e o laudo pericial, se este houver sido efetuado.

Após a execução dos reparos no veículo do terceiro a SEGURADORA efetuará o pagamento dos serviços realizados diretamente à oficina.

No caso de perda total de veículo de terceiro, o TRT apresentará todos documentos que comprovem os direitos de propriedade sobre o veículo, livre e desembaraçado de qualquer ônus, e os de baixa de prontuário no DETRAN, ou notificará o proprietário para que o faça diretamente junto à SEGURADORA.

A Assistência 24 horas, incluindo o atendimento com guincho em todo o Estado de São Paulo e serviço de transporte aos passageiros, sempre que solicitada, deverá ser



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

prestada pela SEGURADORA no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos, a contar da solicitação do TRT.

Para prestação da Assistência 24 Horas, o TRT deverá entrar em contato com a SEGURADORA nos telefones por ela indicada solicitando as providências necessárias: guincho, taxi e pernoite, conforme necessário. Os atendimentos deverão ser prestados num prazo máximo de 60 (sessenta) minutos, após a solicitação junta a SEGURADORA (via telefone).

1.3. Legislação Específica

A contratada deverá observar os normativos editados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP): Circular SUSEP nº 639/2021 e nº 621/2021.

1.4. Vistoria

A vistoria é FACULTATIVA. A empresa interessada poderá efetuar vistoria prévia nos veículos a serem segurados.

As vistorias deverão ser agendadas previamente com o Setor de Transportes por meio do telefone (19) 3231-9500 - ramal 2732, em horário comercial.

2. SUSTENTABILIDADE

Devem ser observados os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT:

Item	Objeto	Critério	Descrição
Único	Único	Capítulo IV – Item 2. Contratação de Serviços	<p>Recomendações gerais</p> <p>As contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta devem observar os critérios e práticas de sustentabilidade. Nos contratos para prestação de serviços, a Justiça do Trabalho deve:</p> <ul style="list-style-type: none">• Promover o respeito à diversidade e à equidade, de forma a combater a discriminação que se baseie em preconceito e envolva distinção, exclusão e preferência que tenham o efeito de anular a igualdade de tratamento ou oportunidades;• Contribuir para a erradicação do trabalho infantil e para proteger o adolescente do trabalho ilegal;• Contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório; e• Promover a saúde ocupacional e prevenir riscos e doenças relacionados ao trabalho. <p>Inclusão Social</p> <p>Deve-se exigir das empresas contratadas para a prestação de serviços que empreguem um número de jovens aprendizes equivalente a cinco por cento (5%),</p>



			<p>no mínimo, e quinze por cento (15%), no máximo, dos trabalhadores existentes, conforme estipula o Art. 429 da CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943).</p> <p>A contratada deverá cumprir as cotas raciais, de gênero e de pessoas com deficiência:</p> <ul style="list-style-type: none">• Gênero: manter o equilíbrio entre homens e mulheres, preservando o mínimo de 50% de pessoas do sexo feminino;• Raça: manter um percentual mínimo de pessoas negras, visando atender ao disposto nos arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010); e• Deficientes: cumprimento ao quantitativo mínimo previsto, de acordo com o art. 93 da Lei nº 8.213/1991, que estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência. <p>Combate ao Trabalho Infantil e ao Trabalho Forçado</p> <p>A contratada deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições: a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:</p> <ul style="list-style-type: none">• Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988;• Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro;• No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo);• Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105;• No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT);• Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;• No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. <p>Saúde e Segurança do Trabalho</p> <p>Nos contratos de prestação de serviços, deve-se obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizando o seu uso, conforme consta da Norma Regulamentadora MTE nº 06.</p> <p>Nos termos de referência para contratação de serviços com mão de obra residente, deverá constar como obrigação da contratada assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de</p>
--	--	--	--



			<p>trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, conforme a Resolução CSJT nº 98/2012.</p> <p>A contratada deverá elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE.</p> <p>Sustentabilidade</p> <p>Nos termos de referência para contratação de serviços com mão de obra residente, deverá constar como obrigação da contratada promover, nos três primeiros meses de contrato, curso sobre as práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do órgão, acerca de:</p> <ul style="list-style-type: none">• Normas de segurança do trabalho;• Redução no consumo de energia, água e demais recursos naturais;• Gestão dos resíduos sólidos no ambiente onde se prestar o serviço;• Demais assuntos pertinentes, a serem definidos pela contratante. <p>Sugere-se que os cursos de formação sejam repetidos toda vez que 25% do efetivo presente nas dependências da contratante for constituído de trabalhadores novos, seja por substituição, seja por aumento no quantitativo.</p> <p>Ainda em relação aos serviços com mão de obra residente, a contratada deverá proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305/2010 e o Decreto nº 5.940/2006.</p>
--	--	--	---

3. PRAZOS

3.1. Prazo de execução

O prazo para o início da prestação dos serviços é a partir de 21/10/2023.

3.2. Prazo de garantia

Não há.

3.3. Prazo de Vigência da Contratação

12 meses. A critério das partes, sendo possível a prorrogação por prazo diverso do inicialmente firmado, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, tudo conforme artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 c.c. Anexo IX, item 12, alínea "c", da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017.

4. LOCAL E HORÁRIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

Não se aplica.

5. ORÇAMENTO

ITEM ÚNICO			
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. MÁXIMO ESTIMADO (R\$)
1	Seguro de frota oficial	1 valor anual	102.321,80
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO – ITEM ÚNICO (R\$)			102.321,80

6. CONTRATAÇÃO

6.1. Será firmado contrato com a empresa vencedora conforme a minuta de contrato – Anexo III ao edital.

6.2. A prestação dos serviços, os prazos, a garantia do objeto, as obrigações das partes, a vigência, a aplicação de sanções, o acompanhamento e fiscalização, o pagamento, a compensação financeira por eventual atraso no pagamento e demais disposições da contratação dar-se-ão segundo as cláusulas da minuta contratual.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

ANEXO A AO TERMO DE REFERÊNCIA
RELAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA OFICIAL

(Ver subitem 22.12.1.1 do edital)

FROTA TRT 15ª REGIÃO

Nº	TIPO	MARCA	MODELO	PLACA	COR	MOTOR	ANO/MOD	CHASSI	FROTA	COMB.	CIDADE	UF	CONDIÇÃO
1	Representação	Citroen	C4 Lounge	FCK0882	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 505042	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
2	Representação	Citroen	C4 Lounge	FPE9358	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 507380	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
3	Representação	Citroen	C4 Lounge	FPN5802	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 509002	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
4	Representação	Citroen	C4 Lounge	GEU4684	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 503694	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
5	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FQY1834	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 504654	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
6	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FCM7403	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 512463	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
7	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FJU3808	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 508818	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
8	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FAV9357	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 512827	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
9	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FTL8909	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 516392	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
10	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GCL6338	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 513158	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
11	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FOA4369	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 510470	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
12	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GDC7805	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 512825	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
13	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GFU4382	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 500842	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
14	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FVR6183	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 514933	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
15	Institucional	Citroen	C4 Lounge	BPO0525	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 519545	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
16	Institucional	Citroen	C4 Lounge	EXV9306	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 519547	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
17	Institucional	Citroen	C4 Lounge	EQT7990	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 519548	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
18	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FUV2C69	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 514934	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
19	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GGE3084	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 24882	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
20	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GDC5617	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 23844	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
21	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GFJ8539	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 23848	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
22	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GIN9435	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 25768	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
23	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FWT1328	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 23843	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

24	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GDU0082	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 21385	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
25	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FGB4941	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 15979	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
26	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GJS2362	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 17648	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
27	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GCN6933	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 18009	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
28	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GJV1224	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 17468	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
29	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FHV4295	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 19664	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
30	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FIY4346	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 17286	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
31	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GBA6437	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 17830	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
32	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FRZ6828	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 16693	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
33	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GJS7549	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 17646	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
34	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FFT7041	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 18372	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
35	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FZR0522	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 17829	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
36	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FUW9831	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 21198	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
37	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GFG5963	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 19464	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
38	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FVI7254	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 19662	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
39	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FJH0775	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 21197	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
40	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GEM4096	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 22053	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
41	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GIG1627	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 20823	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
42	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FQH1B28	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 20824	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
43	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FRN2259	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 22242	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
44	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GKE9507	Preta	1.6T	2017	8BCND5GVUHG 534404	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
45	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FRH5343	Preta	1.6T	2017	8BCND5GVUHG 534395	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
46	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FLA5317	Preta	1.6T	2017	8BCND5GVUHG 534400	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
47	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FYZ2024	Preta	1.6T	2017	8BCND5GVUHG 534394	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
48	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GDV2533	Preta	1.6T	2017	8BCND5GVUHG 534397	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
49	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FHN0798	Preta	1.6T	2017	8BCND5GVUHG 534398	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
50	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FEM5334	Preta	1.6T	2017	8BCND5GVUHG 534399	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
51	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GBT7278	Preta	1.6T	2017	8BCND5GVUHG 534408	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
52	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GIG3349	Preta	1.6T	2017	8BCND5GVUHG 534401	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
53	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GDK9879	Preta	1.6T	2017	8BCND5GVUHG 534411	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
54	Institucional	Renault	Fluence	FTP5831	Preta	2,0	2014/2015	8A1LZLHOTFL6 86034	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

55	Institucional	Renault	Fluence	FUD0284	Preta	2,0	2014/2015	8A1LZLHOTFL6 85846	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
56	Institucional	Renault	Fluence	FVC7057	Preta	2,0	2014/2015	8A1LZLHOTFL6 85771	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
57	Institucional	Renault	Fluence	FVG3116	Preta	2,0	2014/2015	8A1LZLHOTFL4 75938	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
58	Institucional	Renault	Fluence	FXK9659	Preta	2,0	2014/2015	8A1LZLHOTFL6 85865	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
59	Institucional	Renault	Fluence	FIL4109	Preta	2,0	2013/2014	8A1LZBW2TEL9 82284	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
60	Institucional	Renault	Fluence	FIL4110	Preta	2,0	2013/2014	8A1LZBW2TEL8 51341	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
61	Institucional	Renault	Fluence	FTH3722	Preta	2,0	2013/2014	8A1LZBW2TEL9 03431	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
62	Institucional	Renault	Fluence	FRX0343	Preta	2,0	2013/2014	8A1LZBW2TEL8 83138	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
63	Institucional	Citroen	C4 Pallas	FGL3022	Preta	2,0	2012/2013	8BCLDRFJYDG5 02874	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
64	Institucional	Citroen	C4 Pallas	FGL3025	Preta	2,0	2012/2013	8BCLDRFJYDG5 02873	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
65	Institucional	Citroen	C4 Pallas	FGL3026	Preta	2,0	2012/2013	8BCLDRFJYDG5 02871	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
66	Institucional	Citroen	C4 Pallas	FGL3027	Preta	2,0	2012/2013	8BCLDRFJYDG5 02872	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
67	Institucional	Toyota	Corolla	DMN 5702	Preta	1,8	2011/2012	9BRBL42E5C471 8343	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
68	Institucional	Toyota	Corolla	DMN 5708	Preta	1,8	2011/2012	9BRBL42EXC471 7897	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
69	Institucional	Toyota	Corolla	DMN 5714	Preta	1,8	2011/2012	9BRBL42E6C471 8075	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
70	Institucional	Nissan	Sentra	DMN 5637	Preta	2,0	2009/2010	3N1AB6AD5AL6 12088	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
71	Serviços	Renault	Duster	FKJ1921	Preta	2,0	2018	93YHSR3JAJJ303 117	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
72	Serviços	Renault	Logan	GHJ5662	Preta	1,6	2018	93Y4SRFH4JJ288 123	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
73	Serviços	Renault	Logan	FPJ5683	Preta	1,6	2018	93Y4SRFH4JJ288 188	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
74	Serviços	Renault	Logan	GIJ4655	Preta	1,6	2018	93Y4SRFH4JJ288 105	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
75	Serviços	Renault	Logan	FGW8489	Preta	1,6	2018	93Y4SRFH4JJ308 451	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
76	Serviços	Renault	Logan	FCA7934	Preta	1,6	2018	93Y4SRFH4JJ288 098	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
77	Serviços	Renault	Logan	GGW0719	Preta	1,6	2018	93Y4SRFH4JJ288 189	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
78	Serviços	Renault	Logan	FHO3727	Preta	1,6	2018	93Y4SRFH4JJ287 699	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
79	Serviços	Renault	Logan	GEW2201	Preta	1,6	2018	93Y4SRFH4JJ287 371	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
80	Serviços	Renault	Sandero	FIL4116	Branco	1,6	2014	93YBSR76HEJ26 7144	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
81	Serviços	Renault	Sandero	FIL4117	Branco	1,6	2014	93YBSR76HEJ26 8340	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
82	Serviços	Renault	Sandero	FIL4118	Branco	1,6	2014	93YBSR76HEJ26 8726	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
83	Serviços	Citroen	Jumper	FQI6241	Branco	2,3	2014	935ZBWMFAE21 31991	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom
84	Serviços	Citroen	Jumper	FRG4831	Branco	2,3	2014	935ZBWMFAE21 31995	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom
85	Serviços	Citroen	Jumper	FKK2450	Branco	2,3	2014	935ZBWMME21 137378	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

86	Serviços	Cítroen	Jumper	FVQ6408	Branco	2,3	2014	935ZBWMME2136887	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom
87	Serviços	Peugeot	Boxer	DMN 7431	Branca	2,3	2012/2013	936ZBWMFBD2100641	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom
88	Serviços	Peugeot	Boxer	DMN 7451	Branca	2,3	2012/2013	936ZBWMFBD2104147	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom
89	Serviços	Peugeot	Boxer	DMN 7461	Branca	2,3	2012/2013	936ZBWMFBD2095637	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom
90	Serviços	Peugeot	Boxer	DMN 5229	Branca	3,3	2006/2007	936ZBPMMB72011318	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom
91	Serviços	Peugeot	Boxer	DMN 5267	Branca	3,3	2006/2007	936ZBPMFB72010669	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom
92	Serviços	Peugeot	Boxer	DMN 5268	Branca	3,3	2006/2007	936ZBPMFB72010780	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom
93	Serviços	Peugeot	Boxer	DMN 5269	Branca	3,3	2006/2007	936ZBPMFB72010662	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom
94	Serviços	Peugeot	Boxer	DMN 5270	Branca	3,3	2006/2007	936ZBPMFB72010716	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom
95	Serviços	Agrale	8500 Tca	DMN 0898	Branca	4600	2006	9BYC27Y2R6C001227	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom
96	Serviços	Agrale	8500 Tca	DMN 0899	Branca	4600	2006	9BYC27Y2R6C001226	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom
97	Serviços	Marcopolo	Volare	DBS 6109	Prata	4,6	2005/2006	93PB38D2M6C017438	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

ANEXO II AO EDITAL – PROPOSTA ATUALIZADA

Informamos, a seguir, o **Valor Total do Item** para a Contratação de empresa para prestação de serviços de seguro para os veículos que compõem a frota do TRT da 15ª Região, exclusivamente para cobertura de danos materiais e corporais a terceiros, acidentes pessoais de passageiros e assistência 24 horas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato - Anexo III, partes integrantes deste edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal, site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

ITEM ÚNICO			
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)
1	Seguro de frota oficial	1 un	
VALOR TOTAL – ITEM ÚNICO (R\$)			

PROPOSTA VÁLIDA POR 120 (cento e vinte) DIAS.

DADOS DA EMPRESA

NOME DA EMPRESA:

NOME E E-MAIL PESSOAL DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

ENDEREÇO:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

TELEFONE:

CELULAR:

E-MAIL:

CNPJ:

BANCO:

Agência nº:

Dígito:

Conta Corrente nº:

Dígito:

Local e data:

Nome do representante legal da empresa
Carimbo da empresa licitante

Assinatura do representante legal da empresa



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

ANEXO III AO EDITAL – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA CONTRATO Nº ____/20____ PROAD Nº 11785/2023

Aos ____ (_____) dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte três, na sede do TRT da 15ª Região, localizada na Rua Barão de Jaguará, 901, Centro, Campinas/SP, CEP 13015-927, o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**, daqui por diante designado meramente **TRT**, inscrito no CNPJ sob o nº 03.773.524/0001-03, neste ato representado por sua Secretária da Administração, _____, brasileira, portadora da Carteira de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas, por subdelegação de competência, pela Portaria DG 01/2018, artigo 3º, alínea "a", publicada no DEJT – Caderno Administrativo, de 13/12/2018, e a empresa _____, doravante designada simplesmente **SEGURADORA**, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na Av./Rua _____/SP, CEP _____, ora representada por seu _____, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, em conformidade com o resultado do PROAD nº 11785/2023, devidamente homologado conforme documento ____ do aludido processo, resolvem firmar o presente contrato, regido pela Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelas cláusulas e condições seguintes.

PRIMEIRA: DO OBJETO – O presente contrato tem por objeto a prestação de seguro para os 97 (noventa e sete) veículos que compõem a frota oficial do TRT, conforme relação anexa, incluindo as seguintes coberturas e limites indenizáveis:

- I - Danos materiais e/ou corporais causados a terceiros (RCF – Responsabilidade Civil Facultativa);
- II - Acidentes pessoais de passageiros; e
- III - Assistência 24 horas.

Parágrafo Primeiro – A assistência 24 horas, incluindo o atendimento com guincho em todo o Estado de São Paulo e serviço de transporte para os passageiros, sempre que solicitada, deverá ser prestada pela SEGURADORA no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos, a contar da solicitação do TRT.

Parágrafo Segundo – Para prestação da Assistência 24 horas, o TRT deverá entrar em contato com a SEGURADORA nos telefones por ela indicados solicitando as providências necessárias: guincho, táxi e pernoite, conforme necessário. Os atendimentos deverão ser prestados num prazo máximo de 60 (sessenta) minutos, após a solicitação à SEGURADORA (via telefone).



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

Parágrafo Terceiro – Durante a vigência da apólice, o TRT poderá solicitar a exclusão de veículos que a integram e/ou a inclusão de veículos que passem a integrar a frota do TRT, mediante endosso da apólice, observados os limites estabelecidos pelo Art. 65, parágrafo primeiro, da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Quarto – Fazem parte integrante deste contrato, independentemente de sua transcrição, as Cláusulas Gerais estabelecidas no plano de seguro padronizado da SEGURADORA, devidamente aprovado e registrado pela SUSEP, prevalecendo estas cláusulas gerais, sempre que houver contrariedade com as cláusulas específicas deste termo contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS VALORES SEGURADOS – O valor máximo da indenização devida pela SEGURADORA, em caso de sinistro, está condicionado aos prejuízos causados, conforme os limites máximos contratados, para cada um dos veículos:

I - Danos materiais e/ou corporais causados a terceiros:

a) Danos materiais a terceiros – R\$ 50.000,00;

b) Danos corporais a terceiros – R\$ 20.000,00;

II - Acidentes pessoais de passageiros:

a) Morte, por passageiro – R\$ 20.000,00;

b) Invalidez permanente, por passageiro – R\$ 20.000,00;

III - Assistência 24 horas:

a) Cobertura – R\$ 20.000,00.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA LIQUIDAÇÃO DOS SINISTROS – Para fins de liquidação de sinistro, o TRT obriga-se a encaminhar à SEGURADORA o aviso de sinistro, (conforme praticado pela SEGURADORA); cópia da carteira de habilitação do motorista que estava conduzindo o veículo; o boletim de ocorrência e o laudo pericial, se este houver sido efetuado.

Parágrafo Primeiro – Após a execução de reparos no veículo do terceiro, a SEGURADORA efetuará o pagamento dos serviços realizados diretamente à oficina.

Parágrafo Segundo – No caso de perda total de veículo do terceiro, o TRT apresentará todos os documentos que comprovem os direitos de propriedade sobre o veículo, livre e desembaraçado de qualquer ônus, e os de baixa de prontuário no DETRAN, ou notificará o proprietário para que o faça diretamente junto à SEGURADORA.

CLÁUSULA QUARTA: DA APRESENTAÇÃO DAS APÓLICES – A SEGURADORA deverá apresentar ao TRT as apólices de seguro no prazo de até 20 (vinte) dias após a assinatura deste instrumento, as quais deverão estar em conformidade com o disposto no artigo 15 da Circular SUSEP nº 639/2021.

Parágrafo Primeiro – Constatadas quaisquer irregularidades nas apólices de seguro, o TRT deverá notificá-las à SEGURADORA no prazo de até 15 (quinze) dias a partir do recebimento das apólices.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

Parágrafo Segundo – A SEGURADORA deverá providenciar, no prazo de até 20 (vinte) dias após o recebimento da notificação do TRT, o endosso das apólices para saneamento das irregularidades apontadas.

Parágrafo Terceiro – As apólices e os endossos deverão ser entregues no Protocolo Administrativo do TRT, situado no 4º andar do Edifício-Sede Judiciário, localizado na Rua Barão de Jaguará, 901, Centro, Campinas/SP.

Parágrafo Quarto – Após cumpridas as obrigações previstas nesta cláusula, a Coordenadoria de Contratos do TRT providenciará o recebimento definitivo das apólices e dos endossos em até 10 (dez) dias após a data do último protocolo.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA – A SEGURADORA se compromete a dar plena e fiel execução ao presente contrato, respeitando todas as condições estabelecidas, e se obriga a:

1. manter, durante a vigência deste contrato, devidamente válidas e atualizadas, as seguintes certidões de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela Internet:

a) expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

b) expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF), o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF);

c) expedida pela Justiça do Trabalho, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

2. indicar um preposto, aceito pelo TRT, para representá-la durante a execução deste contrato;

3. não ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto contratado, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial a que se refere a cláusula dezessete, desde que previamente autorizada por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério;

4. não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto deste contrato;

5. observar as recomendações constantes do "Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho", instituído pelo CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Resolução nº 310/2021, de 24/09/2021), sem prejuízo da legislação e das normas vigentes que amparam as contratações de serviços pela Administração Pública, em especial as seguintes:

a) manter essas condições que poderão ser verificadas constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual:

a.1) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016;

a.2) não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; no



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; e no Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

6. fornecer as apólices no prazo e nas condições estabelecidos;
7. comunicar o TRT, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, quaisquer alterações havidas no contrato social da SEGURADORA durante a vigência do contrato, juntando à comunicação cópia do documento de formalização da respectiva alteração;
8. arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços previstos no Termo de Referência.
9. fornecer a documentação solicitada pelo TRT para a realização do cadastro prévio necessário ao acesso da SEGURADORA e de seu representante legal, como usuários externos, ao Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD).
10. realizar, para fins de pagamento da prestação dos serviços pelo TRT, o cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), observando-se o disposto nas cláusulas deste dispositivo referentes ao faturamento e recebimento. O cadastramento será realizado no endereço eletrônico: <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo/0>.

CLÁUSULA SEXTA: DAS VEDAÇÕES À SEGURADORA - Fica vedado à SEGURADORA:

1. a contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes de ocupantes de cargo de direção e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRT, nos termos do que dispõe o artigo 3º da Resolução nº 7, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça, com redação dada pela Resolução nº 9/2005;
2. Subcontratar, total ou parcialmente, o objeto deste contrato;
3. ceder ou transferir este contrato a terceiros, salvo nas hipóteses previstas na cláusula dezessete e mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério;
4. caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do TRT.

Parágrafo Primeiro – A vedação a que se refere o item “1” do *caput* desta cláusula alcança o parentesco natural e civil, na linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive.

Parágrafo Segundo – O descumprimento de qualquer das disposições desta cláusula ensejará a rescisão do presente contrato, com as consequências pertinentes à rescisão por culpa da CONTRATADA, nos termos da cláusula quinze.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO TRT - O TRT se compromete a dar plena e fiel execução ao presente contrato, respeitando todas as condições estabelecidas, e se obriga a:

1. proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução deste contrato,



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

inclusive comunicar à SEGURADORA, por escrito e tempestivamente, eventual mudança de endereço para a entrega de correspondências; e

2. efetuar, no prazo estabelecido neste instrumento, o pagamento do objeto contratado recebido definitivamente pelo gestor deste contrato.
3. permitir livre acesso dos empregados a serviço da SEGURADORA às instalações onde serão executados os serviços, desde que devidamente uniformizados e identificados;
4. atestar a execução dos serviços, nos termos deste contrato;
5. exercer a fiscalização, conforme o caso, por meios dos fiscais técnicos e demandantes e/ou da gestora da contratação, nas medidas e nos momentos de suas exigibilidades contratuais, das documentações comprobatórias de qualificação ou experiência profissionais, tais como: diplomas, certificados de conclusão, registros nas carteiras profissionais, dentre outros, solicitando à SEGURADORA as substituições e as correções que se verificarem necessários;
6. comunicar oficialmente à SEGURADORA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;

CLÁUSULA OITAVA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO – A execução deste contrato será acompanhada pelo Assessor de Segurança Institucional do TRT, Ronaldo Mazi, designado gestor do contrato, que terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle, fiscalização da execução contratual, inclusive a comunicação e o acompanhamento dos avisos de sinistro junto à SEGURADORA.

Parágrafo Primeiro – O gestor deste contrato será auxiliado:

- I - na função de fiscalização administrativa do contrato, pelo servidor André Luis Tomadão, Assistente-Chefe da Seção de Controle da Execução da Coordenadoria de Contratos do TRT e por Carlos Rodrigues da Silva, suplente; e
- II - na função de fiscalização técnica, pelo servidor Lúcio Batista de Melo, Assistente-Chefe da Seção de Transportes do TRT.
- III - nas funções de fiscalização demandante, pelo servidor Jorge Luiz Cuelbas, Seção de Transporte do TRT.

Parágrafo Segundo – O acompanhamento e fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da SEGURADORA pelos danos causados ao TRT ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de qualquer de seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA NONA: DO VALOR – O valor total deste contrato é R\$ _____ (_____), referente ao prêmio total da apólice.

Parágrafo Único – Para efeito do disposto no parágrafo terceiro da cláusula primeira, o valor do prêmio a ser restituído ao TRT pelas supressões ou a ser pago pelo TRT em razão de acréscimo observará, para cada veículo, a seguinte fórmula:

$$Vd = (VC / 97) / 365$$



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

Onde:

Vd = valor do prêmio, por dia, a ser restituído no caso de supressão ou a ser pago em caso de acréscimo;

VC = valor total do contrato, indicado no caput desta cláusula, para os 97 veículos que originalmente integram a apólice.

CLÁUSULA DEZ: DO REAJUSTE – O valor dos serviços contratados poderá ser reajustado, após solicitação da SEGURADORA, mediante negociação entre as partes, tendo como limite máximo a variação do IPCA/IBGE ocorrida nos últimos 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou do último reajuste.

Parágrafo Primeiro – Os efeitos financeiros do reajuste serão reconhecidos a partir das datas definidas nesta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O reajuste deverá ser solicitado antes do término da atual vigência deste contrato, sob pena de preclusão.

CLÁUSULA ONZE: DO PAGAMENTO – O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira do TRT, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo dos serviços, conforme dispõe o artigo 73 da Lei nº 8.666/1993, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária, na conta-corrente indicada pela SEGURADORA no processo licitatório.

Parágrafo Primeiro – A realização do pagamento à SEGURADORA somente ocorrerá após seu devido cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), bem como a inserção dos documentos solicitados no Sistema.

Parágrafo Segundo – Excepcionalmente, o pagamento mensal poderá ser realizado por meio de fatura/boleto bancário que contenha código de barras. Neste caso, o referido documento deverá ser emitido pelo seu valor líquido, devendo constar em seu corpo o valor bruto da contratação, além dos valores dos tributos que serão retidos na operação (IR, CSLL, PIS/PASEP, CONFINS, ISSQN, INSS). No caso de divergência entre os valores lançados no documento pela SEGURADORA e aqueles que deverão ser retidos/recolhidos pelo TRT, o pagamento se dará, obrigatoriamente, por depósito em conta corrente.

Parágrafo Terceiro – As regularidades referidas no item “1” da cláusula quinta serão verificadas pela área Administrativa do TRT por ocasião de cada pagamento a ser efetuado à SEGURADORA. No caso de qualquer daqueles documentos não se encontrar válido, o TRT notificará a SEGURADORA e o respectivo pagamento será normalmente efetuado. Nesse caso, contudo, se no pagamento subsequente persistir a mesma irregularidade, o TRT poderá rescindir unilateralmente o presente contrato por inexecução da SEGURADORA, nos termos e com as consequências previstas na cláusula quinze.

Parágrafo Quarto – O pagamento mensal, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a SEGURADORA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

Parágrafo Quinto - No dia útil posterior ao da sua emissão, a ordem bancária de pagamento será remetida ao Banco do Brasil S/A - Posto de Atendimento do TRT. O período seguinte, até o efetivo crédito do valor na conta corrente da SEGURADORA, refere-se aos trâmites interbancários.

Parágrafo Sexto - No caso de atraso de pagamento, desde que a SEGURADORA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo TRT encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

Parágrafo Sétimo - O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA DOZE: DA VIGÊNCIA - A vigência desse contrato corresponderá à vigência das apólices de seguro, pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir das 24 (vinte e quatro) horas do dia __/__/2023 até as 24 (vinte e quatro) horas do dia __/__/2024, podendo ser prorrogada por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993, seja comprovada, mediante pesquisa de mercado, a vantajosidade da renovação contratual.

CLÁUSULA TREZE : DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas com a execução do presente contrato serão atendidas à conta da Lei Orçamentária nº __.____, de __/__/____, publicada no D.O.U de __/__/____, assim classificadas:

Nota de Empenho: 2023NE00____, de __/__/2023.

Parágrafo Único - Nos exercícios subsequentes, as despesas correrão à conta da dotação que for consignada para atender a obrigações da mesma natureza.

CLÁUSULA QUATORZE: DAS SANÇÕES - A SEGURADORA inadimplente estará sujeita a sanções administrativas, quando não apresentar justificativas fundamentadas ou quando as justificativas não forem aceitas pelo TRT, implicando as seguintes multas à SEGURADORA, calculadas sobre o valor total do contrato:

I – O atraso injustificado na apresentação das apólices de seguro e de eventuais endossos (respectivamente, *caput* e parágrafo segundo da cláusula quarta):

- a) do 1º ao 15º dia de atraso: multa diária de 0,1% (um décimo por cento);
- b) do 16º ao 30º dia de atraso: multa diária de 0,2% (dois décimos por cento); e



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

c) a partir do 31º dia de atraso: multa mensal de 5% (cinco por cento), limitada a 10% (dez por cento).

II – O atraso injustificado no atendimento ao pedido de socorro feito pelo condutor do veículo em um prazo superior ao de 60 minutos gera:

- a) uma advertência na atraso de até 15 minutos;
- b) multa de 5% do valor do prêmio para atraso entre 16 min e 30 min;
- c) multa de 7,5% do valor do prêmio para atraso entre 31 min e 45 min;
- d) multa de 10% do valor do prêmio para atraso entre 46 min e 60 min;
- e) multa de 15% do valor do prêmio para atraso superior a 60 min.

Parágrafo Primeiro – Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro.

Parágrafo Segundo – Os atrasos de que trata o item I desta cláusula serão contados a partir do primeiro dia útil posterior à data em que a obrigação deveria ter sido cumprida.

Parágrafo Terceiro – O atraso na apresentação das apólices não inviabiliza qualquer das coberturas previstas neste contrato.

Parágrafo Quarto – Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT.

CLÁUSULA QUINZE: DA RESCISÃO – Constituem motivos para a rescisão do presente contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as consequências do artigo 80, sem prejuízos das sanções administrativas dos artigos 86 a 88, todos da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo Primeiro – O atraso injustificado no cumprimento de quaisquer dos prazos previstos neste instrumento, por período superior a 20 (vinte) dias, caracterizará a inexecução total da respectiva obrigação, podendo ensejar, a critério do TRT, a rescisão unilateral do contrato, na forma do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/1993, por culpa da SEGURADORA.

Parágrafo Segundo – Ocorrendo a rescisão do contrato por culpa da SEGURADORA, além do pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente ao período restante de vigência contratual, ela ficará obrigada a:

1. efetuar o pagamento das indenizações porventura devidas; e
2. devolver o valor do prêmio pago pelo TRT na proporção correspondente ao período restante de vigência do contrato.

Parágrafo Terceiro – Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente e a qualquer tempo pelo TRT, no interesse do serviço público, nos termos e com as consequências previstas na Lei n.º 8666/1993.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

Parágrafo Quarto – Nas demais formas de rescisão contratual elencadas no artigo 79 da Lei n.º 8.666/1993, obriga-se a SEGURADORA a devolver o valor do prêmio pago pelo TRT, na proporção correspondente ao período restante de vigência contratual.

CLÁUSULA DEZESSEIS: DO RECOLHIMENTO DAS MULTAS - As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por rescisão contratual por culpa da SEGURADORA, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT ou por meio de desconto de seus eventuais créditos. Inexistindo crédito em favor da SEGURADORA, os valores deverão ser por ela recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por "Aviso de Recebimento - AR", sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

Parágrafo Único – Na aplicação de quaisquer sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993, serão garantidos à SEGURADORA o contraditório e a prévia defesa.

CLÁUSULA DEZESSETE: DAS TRANSFORMAÇÕES DA SEGURADORA E DA TRANSFERÊNCIA OU CESSÃO CONTRATUAL – Ocorrendo as hipóteses de transformação empresarial previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei n.º 8666/1993, o presente contrato poderá ser mantido com a SEGURADORA, ou cedido ou transferido, mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério, e desde que:

- a) a empresa SEGURADORA remanescente ou a beneficiária da cessão ou da transferência demonstre possuir todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital ao qual está vinculado este contrato, em especial as comprovações de regularidade previstas no item "1" da cláusula quinta deste contrato;
- b) a empresa beneficiária da cessão ou da transferência declare por escrito a assunção da responsabilidade por eventuais débitos trabalhistas e previdenciários que venham a ser apurados, decorrentes da execução deste contrato; e
- c) não se verifique fraude à licitação.

CLÁUSULA DEZOITO: DA COMPATIBILIDADE – A SEGURADORA assume, no ato da assinatura deste instrumento, o compromisso de manter, durante a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que serviram de base para esta contratação.

CLÁUSULA DEZENOVE: DA LEGISLAÇÃO – Aplicam-se à execução deste contrato as disposições da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, em especial a normatização atinente à matéria, editada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e supletivamente as normas de direito privado.

Parágrafo Único – A normatização editada pela SUSEP, mencionada no caput desta cláusula, refere-se especialmente à Circular nº 639/2021, que define regras específicas para o seguro de automóvel, além de estabelecer a aplicação de todas as



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

determinações da Circular nº 621/2021 (que dispõe sobre as regras de funcionamento e os critérios para operação das coberturas dos seguros de danos).

CLÁUSULA VINTE: DA ASSINATURA – A assinatura deste instrumento, bem como de quaisquer outros termos e documentos no âmbito desta contratação, dar-se-á, a critério deste TRT, por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), acessível por meio do Portal PROAD.

Parágrafo Primeiro – A assinatura de documentos pela SEGURADORA será admitida nas seguintes modalidades:

- a) assinatura digital, baseada em certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil; e
- b) assinatura eletrônica, baseada em senha fornecida pela SEGURADORA e vinculada a certificado digital gerado pelo PROAD.

Parágrafo Segundo – A assinatura realizada na forma desta cláusula será considerada válida para todos os efeitos legais.

Parágrafo Terceiro – O e-mail de envio do termo de contrato será considerado, para todos os efeitos legais, como a notificação para assinatura do contrato.

Parágrafo Quarto – Na ausência de imediata confirmação de recebimento pela SEGURADORA, a referida mensagem eletrônica de encaminhamento do contrato, conforme parágrafo terceiro desta cláusula, desde que corretamente encaminhada para o endereço indicado pela SEGURADORA em sua proposta, será considerada recebida para todos os efeitos, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar de sua emissão.

CLÁUSULA VINTE E UM: DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:

Para os fins dispostos na LGPD - Lei nº 13.709/2018, a SEGURADORA é considerada "Operadora" e DECLARA, no ato da assinatura deste contrato, ter conhecimento e que adere à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT, instituída pelo Ato Regulamentar GP nº006/2021, assumindo o compromisso de cumprir os deveres legais e contratuais respectivos, dentre os quais os seguintes:

I- apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança para a proteção dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do TRT e nos instrumentos contratuais;

II- manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo;

III- seguir fielmente as diretrizes e as instruções transmitidas pelo TRT;

IV - facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado que tenha estrita necessidade e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade



e a segurança de tais dados, devendo a prova do compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ao TRT, mediante solicitação;

V - permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo TRT por auditor autorizado, e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;

VI - auxiliar, em toda providência que estiver ao seu alcance, no atendimento pelo TRT, de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;

VII - comunicar formalmente e de imediato ao "Encarregado" pelo tratamento de dados pessoais, indicado pelo TRT, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções;

VIII - descartar de forma irrecuperável, ou devolver para o TRT, todos os dados pessoais e as cópias existentes, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual;

IX - haverá a descaracterização do número do CPF quando da divulgação de ajustes em instrumentos contratuais e congêneres firmados por este Tribunal, a fim de se observar as disposições referentes à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais desta Corte; e

X - a descaracterização consistirá da ocultação dos três primeiros dígitos e dos dois dígitos verificadores, quer em relação aos CPF's dos representantes do TRT e das empresas e entidades com as quais este Regional celebra contrato ou instrumento congênere, quer dos empregados de empresas de serviços terceirizados, contratadas por este E. TRT.

Parágrafo Primeiro: A proteção de dados pessoais dos colaboradores da CONTRATADA observará as determinações fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, na forma da LGPD e da legislação e regulamentação correlatas.

Parágrafo Segundo: O TRT poderá requisitar, a qualquer tempo e desde que não seja objeto de sigilo ou proteção legal, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à SEGURADORA.

Parágrafo Terceiro: A SEGURADORA fica ciente que, para a celebração deste contrato e a execução do seu objeto, o TRT tem acesso a dados pessoais dos representantes legais da SEGURADORA e, assim, estes DECLARAM, no ato da assinatura deste contrato, o seu consentimento com o tratamento desses dados pelo TRT, os quais são:

a) protegidos por procedimentos internos, com trilhas de auditoria para registrar autorizações, utilização, impactos e violações;

b) mantidos disponíveis, exatos, adequados, pertinentes e atualizados, sendo retificado ou eliminado o dado pessoal mediante informação ou constatação de impropriedade



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

respectiva ou face a solicitação de remoção, devendo a neutralização ou descarte do dado observar as condições e os períodos da tabela de prazos de retenção de dados;

c) compartilhados somente para o exercício das atividades voltadas ao estrito exercício de suas competências legais e constitucionais, ou para atendimento de políticas públicas aplicáveis; e

d) revistos em periodicidade mínima anual, sendo de imediato eliminados aqueles que já não forem necessários, por terem cumprido sua finalidade ou por ter se encerrado o seu prazo de retenção.

Parágrafo Quarto: A inobservância da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT, referida no Caput, acarretará a apuração das responsabilidades penal, civil e administrativa, previstas nas normas internas do TRT e na legislação em vigor.

CLÁUSULA VINTE E DOIS: DA VINCULAÇÃO – O presente contrato está vinculado ao PROAD nº 11.785/2023 e à proposta da SEGURADORA.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS: DO FORO – Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas – Justiça Federal do Estado de São Paulo – para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO: DA CONCORDÂNCIA – As partes declaram, neste ato, que se acham de acordo e se submetem a todas as cláusulas deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Campinas, ____ de _____ de 2023.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

TRT

SEGURADORA



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

**ANEXO AO CONTRATO Nº ____/2023
PROAD Nº 11.785/2023**

RELAÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DO TRT

FROTA TRT 15ª REGIÃO													
Nº	TIPO	MARCA	MODELO	PLACA	COR	MOTOR	ANO/MOD	CHASSI	FROTA	COMB.	CIDADE	UF	CONDIÇÃO
1	Representação	Citroen	C4 Lounge	FCK0882	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 505042	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
2	Representação	Citroen	C4 Lounge	FPE9358	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 507380	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
3	Representação	Citroen	C4 Lounge	FPN5802	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 509002	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
4	Representação	Citroen	C4 Lounge	GEU4684	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 503694	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
5	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FQY1834	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 504654	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
6	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FCM7403	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 512463	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
7	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FJU3808	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 508818	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
8	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FAV9357	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 512827	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
9	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FTL8909	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 516392	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
10	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GCL6338	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 513158	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
11	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FOA4369	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 510470	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
12	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GDC7805	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 512825	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
13	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GFU4382	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 500842	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
14	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FVR6183	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 514933	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
15	Institucional	Citroen	C4 Lounge	BPO0525	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 519545	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
16	Institucional	Citroen	C4 Lounge	EXV9306	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 519547	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
17	Institucional	Citroen	C4 Lounge	EQT7990	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 519548	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
18	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FUV2C69	Preta	1.6T	2018/2019	8BCND5GVUKG 514934	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
19	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GGE3084	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 24882	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
20	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GDC5617	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 23844	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
21	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GFJ8539	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 23848	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
22	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GIN9435	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 25768	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
23	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FWT1328	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 23843	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
24	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GDU0082	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 21385	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

25	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FGB4941	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 15979	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
26	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GJS2362	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 17648	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
27	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GCN6933	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 18009	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
28	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GJV1224	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 17468	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
29	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FHV4295	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 19664	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
30	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FIY4346	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 17286	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
31	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GBA6437	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 17830	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
32	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FRZ6828	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 16693	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
33	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GJS7549	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 17646	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
34	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FFT7041	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 18372	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
35	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FZR0522	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 17829	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
36	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FUW9831	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 21198	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
37	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GFG5963	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 19464	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
38	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FVI7254	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 19662	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
39	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FJH0775	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 21197	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
40	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GEM4096	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 22053	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
41	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GIG1627	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 20823	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
42	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FQH1B28	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 20824	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
43	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FRN2259	Preta	1.6T	2017/2018	8BCND5GVUJG5 22242	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
44	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GKE9507	Preta	1.6T	2017	8BCND5GVUHG 534404	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
45	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FRH5343	Preta	1.6T	2017	8BCND5GVUHG 534395	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
46	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FLA5317	Preta	1.6T	2017	8BCND5GVUHG 534400	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
47	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FYZ2024	Preta	1.6T	2017	8BCND5GVUHG 534394	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
48	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GDV2533	Preta	1.6T	2017	8BCND5GVUHG 534397	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
49	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FHN0798	Preta	1.6T	2017	8BCND5GVUHG 534398	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
50	Institucional	Citroen	C4 Lounge	FEM5334	Preta	1.6T	2017	8BCND5GVUHG 534399	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
51	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GBT7278	Preta	1.6T	2017	8BCND5GVUHG 534408	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
52	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GIG3349	Preta	1.6T	2017	8BCND5GVUHG 534401	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
53	Institucional	Citroen	C4 Lounge	GDK9879	Preta	1.6T	2017	8BCND5GVUHG 534411	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
54	Institucional	Renault	Fluence	FTP5831	Preta	2,0	2014/2015	8A1LZLHOTFL6 86034	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
55	Institucional	Renault	Fluence	FUD0284	Preta	2,0	2014/2015	8A1LZLHOTFL6 85846	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

56	Institucional	Renault	Fluence	FVC7057	Preta	2,0	2014/2015	8A1LZLHOTFL6 85771	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
57	Institucional	Renault	Fluence	FVG3116	Preta	2,0	2014/2015	8A1LZLHOTFL4 75938	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
58	Institucional	Renault	Fluence	FXK9659	Preta	2,0	2014/2015	8A1LZLHOTFL6 85865	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
59	Institucional	Renault	Fluence	FIL4109	Preta	2,0	2013/2014	8A1LZBW2TEL9 82284	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
60	Institucional	Renault	Fluence	FIL4110	Preta	2,0	2013/2014	8A1LZBW2TEL8 51341	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
61	Institucional	Renault	Fluence	FTH3722	Preta	2,0	2013/2014	8A1LZBW2TEL9 03431	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
62	Institucional	Renault	Fluence	FRX0343	Preta	2,0	2013/2014	8A1LZBW2TEL8 83138	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
63	Institucional	Citroen	C4 Pallas	FGL3022	Preta	2,0	2012/2013	8BCLDRFJYDG5 02874	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
64	Institucional	Citroen	C4 Pallas	FGL3025	Preta	2,0	2012/2013	8BCLDRFJYDG5 02873	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
65	Institucional	Citroen	C4 Pallas	FGL3026	Preta	2,0	2012/2013	8BCLDRFJYDG5 02871	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
66	Institucional	Citroen	C4 Pallas	FGL3027	Preta	2,0	2012/2013	8BCLDRFJYDG5 02872	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
67	Institucional	Toyota	Corolla	DMN 5702	Preta	1,8	2011/2012	9BRBL42E5C471 8343	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
68	Institucional	Toyota	Corolla	DMN 5708	Preta	1,8	2011/2012	9BRBL42EXC471 7897	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
69	Institucional	Toyota	Corolla	DMN 5714	Preta	1,8	2011/2012	9BRBL42E6C471 8075	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
70	Institucional	Nissan	Sentra	DMN 5637	Preta	2,0	2009/2010	3N1AB6AD5AL6 12088	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
71	Serviços	Renault	Duster	FKJ1921	Preta	2,0	2018	93YHSR3JAJJ303 117	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
72	Serviços	Renault	Logan	GHJ5662	Preta	1,6	2018	93Y4SRFH4JJ288 123	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
73	Serviços	Renault	Logan	FPJ5683	Preta	1,6	2018	93Y4SRFH4JJ288 188	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
74	Serviços	Renault	Logan	GLJ4655	Preta	1,6	2018	93Y4SRFH4JJ288 105	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
75	Serviços	Renault	Logan	FGW8489	Preta	1,6	2018	93Y4SRFH4JJ308 451	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
76	Serviços	Renault	Logan	FCA7934	Preta	1,6	2018	93Y4SRFH4JJ288 098	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
77	Serviços	Renault	Logan	GGW0719	Preta	1,6	2018	93Y4SRFH4JJ288 189	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
78	Serviços	Renault	Logan	FHO3727	Preta	1,6	2018	93Y4SRFH4JJ287 699	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
79	Serviços	Renault	Logan	GEW2201	Preta	1,6	2018	93Y4SRFH4JJ287 371	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
80	Serviços	Renault	Sandero	FIL4116	Branco	1,6	2014	93YBSR76HEJ26 7144	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
81	Serviços	Renault	Sandero	FIL4117	Branco	1,6	2014	93YBSR76HEJ26 8340	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
82	Serviços	Renault	Sandero	FIL4118	Branco	1,6	2014	93YBSR76HEJ26 8726	Própria	Flex	Campinas	SP	Bom
83	Serviços	Citroen	Jumper	FQI6241	Branco	2,3	2014	935ZBWMFAE21 31991	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom
84	Serviços	Citroen	Jumper	FRG4831	Branco	2,3	2014	935ZBWMFAE21 31995	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom
85	Serviços	Citroen	Jumper	FKK2450	Branco	2,3	2014	935ZBWMME2 137378	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom
86	Serviços	Citroen	Jumper	FVQ6408	Branco	2,3	2014	935ZBWMME2 136887	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 11785/2023-1

87	Serviços	Peugeot	Boxer	DMN 7431	Branca	2,3	2012/2013	936ZBWMFBD2100641	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom
88	Serviços	Peugeot	Boxer	DMN 7451	Branca	2,3	2012/2013	936ZBWMFBD2104147	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom
89	Serviços	Peugeot	Boxer	DMN 7461	Branca	2,3	2012/2013	936ZBWMFBD2095637	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom
90	Serviços	Peugeot	Boxer	DMN 5229	Branca	3,3	2006/2007	936ZBPMMB72011318	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom
91	Serviços	Peugeot	Boxer	DMN 5267	Branca	3,3	2006/2007	936ZBPMFB72010669	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom
92	Serviços	Peugeot	Boxer	DMN 5268	Branca	3,3	2006/2007	936ZBPMFB72010780	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom
93	Serviços	Peugeot	Boxer	DMN 5269	Branca	3,3	2006/2007	936ZBPMFB72010662	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom
94	Serviços	Peugeot	Boxer	DMN 5270	Branca	3,3	2006/2007	936ZBPMFB72010716	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom
95	Serviços	Agrale	8500 Tca	DMN 0898	Branca	4600	2006	9BYC27Y2R6C001227	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom
96	Serviços	Agrale	8500 Tca	DMN 0899	Branca	4600	2006	9BYC27Y2R6C001226	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom
97	Serviços	Marcopolo	Volare	DBS 6109	Prata	4,6	2005/2006	93PB38D2M6C017438	Própria	Diesel	Campinas	SP	Bom